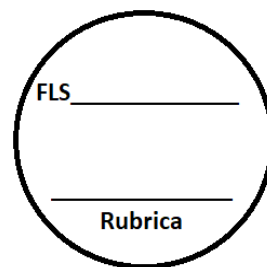




ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025 FMS
MODO DE DISPUTA: ABERTO (ELETRÔNICO)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
TIPO DE CONTRATAÇÃO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021
EXCLUSIVO MEI/ME/EPP

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ nº. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril nº 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Elysson Leonarde Kloss, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021 com Decreto 12.343, de 30 de dezembro de 2024 e alterações posteriores, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 12/11/2025

HORÁRIO DE INÍCIO: 08h00min (horário de Brasília)

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO: 15h00min (horário de Brasília)

Valor Total Estimado R\$ 26.597,64 (Vinte e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

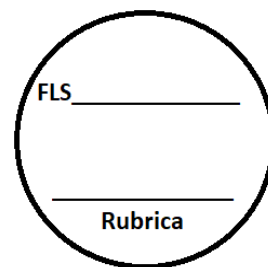
SISTEMA ELETRÔNICO: <https://licitanet.com.br>

DA DISPUTA ELETRÔNICA

- A presente Dispensa de Licitação será realizada em modo de disputa eletrônica, conforme o disposto no art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicável subsidiariamente.
- A sessão pública ocorrerá por meio do sistema Licitanet (www.licitanet.com.br), no endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, sob condução da Pregoeira designada, com observância das seguintes regras:
 - As propostas comerciais deverão ser enviadas exclusivamente pelo sistema, até a data e horário de abertura da sessão.
 - Após a abertura, as propostas serão divulgadas no painel do sistema e os licitantes poderão enviar lances sucessivos até o encerramento da disputa, observado o critério de menor preço por item.
 - O encerramento da disputa será determinado automaticamente pelo sistema, após o período de tempo randômico de fechamento, conforme regulamentação vigente.
 - Encerrada a disputa, o sistema encaminhará automaticamente a proposta classificada em primeiro lugar para verificação da conformidade e habilitação, conforme critérios previstos neste Edital.
 - A licitante declarada vencedora deverá anexar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital em formato PDF no sistema Licitanet, dentro do prazo fixado pela pregoeira.
 - O descumprimento dos prazos para envio de proposta ou de documentação implicará desclassificação automática da licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

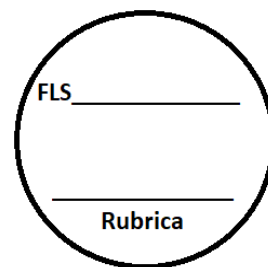
2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

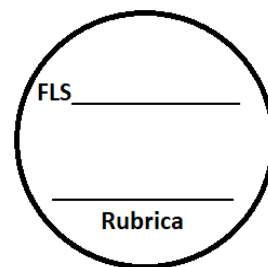
2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



execução

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A documentação exigida para a formalização da contratação inclui:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

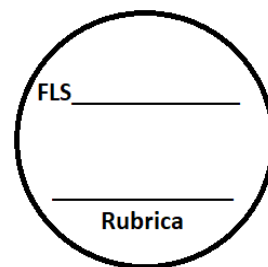
- a) Cópia do CPF e Carteira de Identidade ou outro documento equivalente dos sócios;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c.1.) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no **CNPJ**;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão ou Ficha de **Inscrição Estadual** ;
- e) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- g) Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características com o objeto de que trata esta licitação;
- 3.3.1. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto e quantidades dos produtos e/ou serviços fornecidos.
- 3.3.2. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) e/ou outros documentos correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica.

3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de **Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

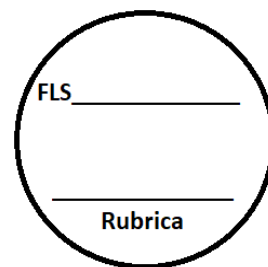
3.5. DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;
- b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV).
- c) Declaração Anticorrupção (anexo V).
- d) Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência (anexo VI).

4. PROPOSTA DE PREÇO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



a) A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

5. DO INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os serviços objeto deste contrato dar-se-á mediante apresentação da Requisição/Ordem de compra/serviço, assinado por agente autorizado pelo CONTRATANTE.

6. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) A escolha do fornecedor se dará pela proposta que apresentar o **MENOR PREÇO**, e o que atenda todos os **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os recursos orçamentários para essa contratação correrão por conta da seguinte dotação:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Fundo Municipal de Saúde

PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0004 2.023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. Pessoas jurídica.

8. FORMA E PRAZO PARA PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado em até 30 dias úteis após a aprovação final dos serviços prestados, mediante verificação e aceite formal por parte do Contratante.

b) Em caso de pendência quanto às regularidades previstas no Art. 68 da Lei Nº 14.133/21 (débitos fiscais com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao INSS, FGTS e trabalhista), o pagamento será suspenso até a sua regularidade.

c) A contratada deverá fornecer as informações bancárias para recebimento dos pagamentos, constando número de conta, agencia e outras necessárias para o crédito dos valores, que será feito eletronicamente.

d) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

e) A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, também no seguinte caso:

f) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Termo.

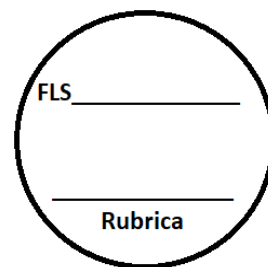
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obrigar-se-á:

a) Executar os serviços nos locais, prazos e condições designados, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes do Edital e de seus anexos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- b) Permitir e facilitar a fiscalização do objeto por parte do Poder Executivo;
- c) Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após notificação formal, os serviços ou produtos entregues em desacordo com as especificações previstas nos anexos e propostas, ou que apresentem vício de qualidade ou defeito de utilização;
- d) Prestar prontamente os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atender às reclamações apresentadas e comunicar imediatamente, por escrito, qualquer anormalidade verificada durante a execução contratual;
- e) Providenciar todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive em situações de greve, paralisação ou quaisquer outras intercorrências;
- f) Reconhecer que a falta de produtos ou insumos não poderá ser alegada como motivo de força maior para justificar atraso, má execução ou inexecução do objeto contratual, não a eximindo das penalidades cabíveis pelo descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;
- g) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração em seu endereço, conta bancária, fornecimento dos produtos ou demais dados necessários à execução contratual;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, observando rigorosamente as normas regulamentadoras aplicáveis;
- i) Fiscalizar o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato, assumindo integralmente os ônus decorrentes dessa atividade, independentemente da fiscalização exercida pela Contratante;
- j) Indenizar terceiros e/ou o Fundo Municipal de Saúde por quaisquer danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, inclusive em decorrência de omissão na fiscalização de sua parte, adotando todas as medidas preventivas e observando as exigências legais e normativas das autoridades competentes;
- l) Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando, quando solicitado, os documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, tais como certidões negativas de débitos para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao FGTS e à Dívida Trabalhista;
- m) Arcar integralmente com todas as despesas relativas à entrega dos produtos ou à execução dos serviços, inclusive fretes, transportes, encargos e seguros, até o local indicado pela Contratante.

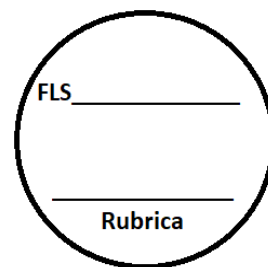
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

- a) Emitir Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, estabelecendo o dia, a quantidade, o local e demais informações necessárias ao bom cumprimento do objeto contratual;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à adequada execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- c) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas de forma imediata;
- d) Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados ou produtos fornecidos em desacordo com as especificações, condições e obrigações assumidas;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, prazos e formas estabelecidas no contrato;
- f) Não efetuar, sob nenhuma hipótese, pagamento antecipado, salvo nos casos expressamente previstos no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA EXECUÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- b) A prestação dos serviços ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado, com atribuições específicas, bem como por representante da Contratada, para fins de coordenação e controle da execução;
- c) A fiscalização exercida pela Contratante sobre a execução dos serviços ou fornecimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades decorrentes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. A eventual aprovação ou aceitação dos serviços pela fiscalização não implica corresponsabilidade da Contratante, de seus agentes ou prepostos, pelos danos resultantes de falhas ou omissões da Contratada.

12. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADES

- a) A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar sua rescisão, implicando as consequências legais previstas nos arts. 137 a 139, bem como nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) As partes obrigam-se a respeitar integralmente as cláusulas e condições ajustadas neste contrato, sob pena de aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente ao período (mês) em que os serviços não foram devidamente executados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- c) Ficam expressamente reconhecidos os direitos da Contratante quanto à rescisão administrativa do contrato, nos termos dos arts. 137 a 139 e arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Os eventuais casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas expedidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional, bem como demais dispositivos legais aplicáveis.

13. ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- a) O gestor designará um servidor responsável para acompanhar a entrega do objeto, que será substituído, na sua ausência, por um dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

14. DO FORO

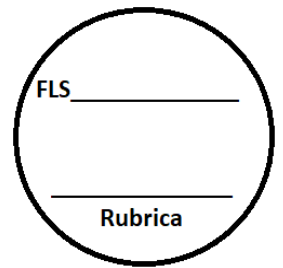
14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Brasil Novo (PA), prevalecendo sobre qualquer outro, por mais especializado que seja para dirimir quaisquer divergências decorrentes da prestação dos serviços do presente objeto.

14.2 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>.

15. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- Anexo I** - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar,
Anexo II – Modelo de Formulário de Proposta;
Anexo III - Modelo de Declaração Conjunta;
Anexo IV- Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI;
Anexo V - Modelo de Declaração Anticorrupção;
Anexo VI - Modelo de Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência;
Anexo VII - Modelo da Minuta do Contrato;

Brasil Novo/PA, 05 de novembro de 2025.

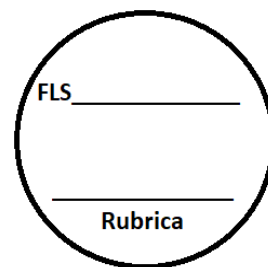
ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025 FMS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. OBJETO

A presente Termo de Referência tem por objeto a Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD.

a) Este Termo de Referência, está de acordo com a Lei de licitações e contratos nº 14.133/2021, Art. 18º Item II, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

b) Licença de direito de uso de software, sem limite de usuários e/ou acessos (unlimited users or access), com atualizações periódicas que garantam as alterações legais, corretivas, evolutivas e/ou adaptativas

c) Ramo de Atividade predominante da contratação: 62.02-3.00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional, outros serviços em tecnologia da informação e 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.

d) Serviços de implantação, compreendido por: instalação, parametrização e/ou customização, para atendimento a processos de negócio e legítima integração da solução ofertada.

e) Serviços de manutenção, de modo a garantir as atualizações e alterações misteres, relativas às exigências legais e/ou normativas de gestão pública, corretivas, evolutivas e/ou adaptativas, ou mesmo, sob demanda específica, caso necessário. Exemplo: Normas Municipais, Estaduais, Federais.

f) Serviços de suporte técnico e garantia, durante a vigência do contrato, compreendido por: consultoria técnica, central de ajuda (help desk), central de atendimento telefônico, atendimento remoto ou on-site (imediato ou programado), assim como, visitas “in loco”, etc.

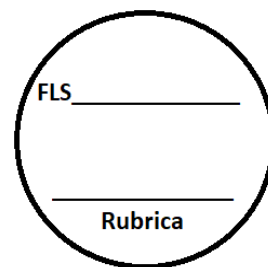
g) Serviços de treinamento, para usuários dos sistemas em geral.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021).

FUNDAMENTAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



1.2.1. A contratação será efetuada por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 é de R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

1.2.2. Conforme Análise Prévia do presente processo de serviços, apurou-se que o somatório a ser despendido no presente exercício financeiro está dentro dos limites estabelecidos para a dispensa de licitação, considerando-se objetos de mesma natureza, conforme o Art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo necessita implantar um sistema informatizado em plataforma Web, hospedado em servidor em nuvem, destinado ao monitoramento e à gestão do programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

O TFD é um instrumento essencial para garantir o acesso de pacientes a serviços de saúde não disponíveis no município, demandando um rigoroso controle administrativo, financeiro e logístico. O acompanhamento desses processos se for realizado de forma manual ou por planilhas eletrônicas, pode gerar dificuldades na organização das informações, risco de extravio de dados, atrasos na tramitação de solicitações, além de falhas no controle de gastos e na prestação de contas.

A contratação de um software específico, desenvolvido para plataforma Web e com armazenamento em nuvem, visa modernizar e otimizar o fluxo de informações do setor de regulação do TFD, proporcionando:

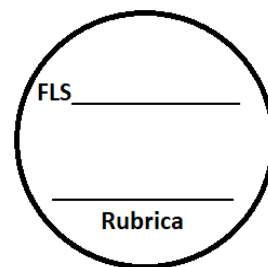
- Acesso remoto e em tempo real às informações por servidores autorizados, com segurança e rastreabilidade;
- Registro centralizado e histórico completo dos pacientes encaminhados para tratamento fora do município;
- Controle eficiente de despesas, passagens, diárias e relatórios financeiros;
- Emissão automatizada de relatórios gerenciais, facilitando o acompanhamento de indicadores e a tomada de decisões;
- Integração e transparência administrativa, permitindo o monitoramento da execução orçamentária e do cumprimento das normas do SUS;
- Redução de falhas humanas e ganho de produtividade na gestão do TFD.

O uso de servidor em nuvem elimina a necessidade de estrutura física local para armazenamento de dados, garantindo maior segurança, disponibilidade e escalabilidade, além de permitir atualizações automáticas e manutenção simplificada do sistema.

Dessa forma, a contratação de software com essas características mostra-se necessária e vantajosa para o Município de Brasil Novo, por promover eficiência administrativa, transparência na gestão



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



pública e melhoria no atendimento aos usuários do sistema de saúde, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando ainda que o Município necessita de ferramentas de gestão eficientes visando melhorias no controle dos atendimentos e produção. Justifica-se a abertura de processo licitatório objetivando a contratação dos serviços, conforme detalhados e descritos no ANEXO I deste Termo

3. QUADRO – TABELA DE SERVIÇOS/VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QTD	V. UNIT	V. TOTAL	Classificaçã o 123/06
1	Licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD	Mês	12	R\$ 2.216,47	R\$ 26.597,64	Exclusivo ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 26.597,64	

3.1.1. O estimado total da contratação é R\$ 26.597,64 (Vinte e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme Valor Estimado apostos na tabela acima.

3.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Sustentabilidade:

Devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação:

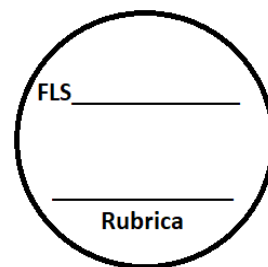
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO:

Configuração do sistema junto a Secretaria Municipal de Saúde do município para atender todas as demandas de requisitos do Termo de Referência;	3 dias
Criação de usuários e perfil de acesso para cada departamento/setor (se necessário);	3 dias
<p>Treinamento técnico</p> <p>A contratada deverá realizar o treinamento dos técnicos e profissionais de Saúde para operação e correta manipulação dos sistemas a serem implantados, e após o treinamento inicial de <u>implantação</u>, os usuários deverão ser capazes de operar completamente o sistema.</p> <p>A contratada aloca profissionais necessários à realização do treinamento na fase de implantação, bem como re-treinamento quantas vezes forem necessários para novos funcionários e reciclagem dos atuais, imediatamente quando convocada pela contratante, independentemente da quantidade de horas de treinamento necessárias para o perfeito entendimento dos Sistemas pelos Profissionais (servidores), sem qualquer custo adicional, dentro do período contratual. Porém é obrigação da Contratante que seus Profissionais (servidores) comprove conhecimento básico para operar nos computadores.</p>	3 dias
<p>Serviços de suporte técnico continuado</p> <p>A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados, durante o período de vigência do contrato, incluindo as seguintes atividades:</p> <p>a) Manutenção Corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração.</p> <p>b) Manutenção legal: Em caso de mudança na legislação, banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação, com cronograma definido junto ao Grupo Gestor do Contrato para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação dos sistemas, durante vigência contratual.</p> <p>c) Disponibilização de atualização da versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Município, durante a vigência contratual.</p> <p>d) Suporte técnico através também de central de atendimento nas dependências da Contratada, com os seguintes canais de contato: Telefone, acessos remotos (permitido), WhatsApp.</p>	Continuo

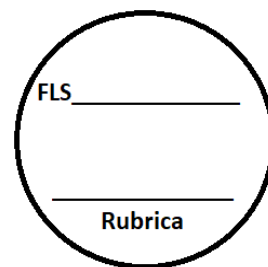
6. CRONOGRAMA DE PRAZOS PARA SUPORTE TÉCNICO:

A contratada deverá obedecer aos prazos de suporte técnico, conforme chamado originado da Secretaria Municipal de Saúde, através de e-mail, telefone ou qualquer outro sistema que a referida Secretaria ache necessário, de forma documentada.

Quadro - Prioridade		Tempo para resposta
1	Crítica	02 hora



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2	Alta	03 horas
3	Média	08 horas
4	Baixa	12 horas
5	Planejada (manutenção evolutiva)	Definido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde.

DO SUPORTE TÉCNICO

O atendimento à solicitação do suporte será feito através de central de atendimento ao cliente especializada da empresa fornecedora do sistema, com técnicos habilitados com objetivo de esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema implantado.

Esse atendimento, quando necessário, deverá ser feito por telefone, e-mail ou através de serviços de suporte remoto (permitido), e ainda, por qualquer tipo de ferramenta de Tecnologia que a Prefeitura entenda como ideal para realizar este serviço.

O atendimento à solicitação do suporte deverá ser realizado diretamente nas Unidades de Saúde requisitante, quando necessário e esgotadas as tentativas de solução via acesso remoto ou instrução por telefone, com o objeto de esclarecer dúvidas e resolver problemas que possam surgir durante a utilização dos sistemas.

Suporte técnico via acesso remoto mediante autorização prévia, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações de acordo com a LGPD.

7. REQUISITOS DO SISTEMA

- O requisito básico para Contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD, possua geração de relatórios de dados estatísticos e indicadores, é que a empresa seja qualificada, apresentando atestado de capacidade técnica, comprovando a sua competência na prestação dos serviços pretendidos por esta Unidade Requisitante.
- Cumprir requisitos de proteção de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados - (Lei 13.709/2018, LGPD);

8. DA CAPACIDADE TÉCNICA:

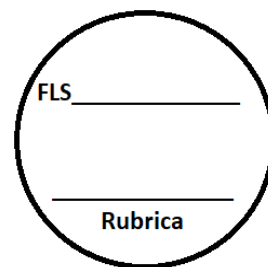
Para fins de comprovação da **capacidade técnica** a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou ou presta serviços desta natureza.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1. A contratada deverá atender integralmente o objeto deste termo de referência. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei de licitações.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



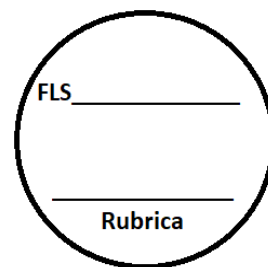
- 9.2. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com salários e encargos sociais da sua equipe técnica. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamentos, passagens, diárias, transportes, estadias, alimentação e as que se fizerem necessárias para a boa execução dos serviços.
- 9.3. É de responsabilidade da contratada todo o procedimento de implantação, migração e treinamento dos usuários do sistema. A contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso, sendo vedado o fornecimento de qualquer informação a órgão público ou privado sem a autorização prévia da contratante.
- 9.4. É de responsabilidade da contratada oferecer todo o suporte técnico necessário para atendimento do objeto deste termo de referência.
- 9.5. É de responsabilidade da contratada prestar os serviços de manutenção corretiva na ocorrência de falhas, panes e quaisquer outros defeitos dos sistemas objetos deste termo de referência.
- 9.6. A contratada deverá atualizar todos os sistemas sempre que necessário, em consonância com as alterações na legislação. A contratada deverá cumprir todos os prazos previstos neste termo de referência, não podendo alegar desconhecimento, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei. A contratada deverá demonstrar os sistemas sempre que solicitado pela contratante para novos servidores que vierem a fazer parte do quadro da contratante.
- 9.7. A contratante (Município) se responsabiliza em montar a infraestrutura do local de prestação dos serviços, devendo adequar os espaços destinados à prestação dos serviços incluindo o fornecimento de todo o material e equipamento necessário à perfeita execução do serviço de responsabilidade da contratada.
- 9.8. A Contratante responsabiliza a Contratada exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, utilizando profissionais em número suficiente para execução ininterrupta dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 10.1. Oferecer a contratada todas as informações necessárias para a instalação, implantação e funcionamento dos sistemas e serviços.
- 10.2. Proporcionar a contratada todas as condições necessárias para instalação, implementação da contratada, funcionamento regular do sistema, bem como toda a infraestrutura de informática, internet (conectividade) adequadas as necessidades do sistema e serviços, para o perfeito funcionamento regular nas diversas unidades de atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde.
- 10.3. Efetuar os pagamentos à contratada mediante apresentação de nota fiscal atestada e documentação de habilitação válida, no **prazo de até 30 dias (trinta) dias** corridos do mês posterior, a contar da data do atesto da Nota Fiscal protocolada.
- 10.4. Notificar por escrito sempre que necessário a contratada para que tome as providências necessárias para o bom atendimento do objeto deste termo de referência.
- 10.5. Aplicar as sanções que se fizerem necessárias em conformidade com a legislação vigente contra a contratada, observando sempre o contraditório e a ampla defesa.
- 10.6. Designar fiscal para acompanhar a execução do objeto deste termo de referência;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11. A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A fiscalização contratual será exercida pelo servidor designado formalmente como fiscal e pelo gestor do contrato, os quais deverão registrar e tratar eventuais ocorrências conforme os planos acima descritos.

12. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Constituem-se direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além daqueles previstos em outros ajustes legais, em particular, aqueles previstos nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que a CONTRATADA, aceita de inteiro teor e a eles se submete.

13.2. O ajuste da presente contratação poderá ser denunciado após decorridos 30 (trinta) dias de sua vigência e, em consequência dos fatos contrários à lei ou à ordem pública, suscetível de punição, encerrado unilateralmente pela CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

13.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE e, regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

13.4. Poderá haver ainda, pena a CONTRATANTE de:

- a) Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo estabelecido Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

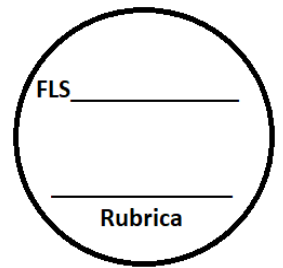
13.6. Todas as sanções poderão, a critério da Prefeitura Municipal/Secretarias Municipal de Saúde, tramitar nos autos que correm o procedimento licitatório.

13.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à(s) Contratada(s) o contraditório e a ampla defesa.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0004 2.023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

✓ **Alexsandro Santana Pereira** - Chefe do setor de Compras

Brasil Novo/PA, 04 de novembro de 2025.

Elaborado Por:

Alexsandro Santana Pereira
Chefe do setor de Compras

Aprovado Por:

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



A presente licitação tem como objetivo a Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio TFD.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo administrativo nº 034/2025 FMS.

1 Objeto

A presente licitação tem como objetivo a Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD.

2 Necessidade da Aquisição/Contratação

A Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo necessita implantar um sistema informatizado em plataforma Web, hospedado em servidor em nuvem, destinado ao monitoramento e à gestão do programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

O TFD é um instrumento essencial para garantir o acesso de pacientes a serviços de saúde não disponíveis no município, demandando um rigoroso controle administrativo, financeiro e logístico. O acompanhamento desses processos se for realizado de forma manual ou por planilhas eletrônicas, pode gerar dificuldades na organização das informações, risco de extravio de dados, atrasos na tramitação de solicitações, além de falhas no controle de gastos e na prestação de contas.

A contratação de um software específico, desenvolvido para plataforma Web e com armazenamento em nuvem, visa modernizar e otimizar o fluxo de informações do setor de regulação do TFD, proporcionando:

- Acesso remoto e em tempo real às informações por servidores autorizados, com segurança e rastreabilidade;
- Registro centralizado e histórico completo dos pacientes encaminhados para tratamento fora do município;
- Controle eficiente de despesas, passagens, diárias e relatórios financeiros;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

- Emissão automatizada de relatórios gerenciais, facilitando o acompanhamento de indicadores e a tomada de decisões;
- Integração e transparência administrativa, permitindo o monitoramento da execução orçamentária e do cumprimento das normas do SUS;
- Redução de falhas humanas e ganho de produtividade na gestão do TFD.

O uso de servidor em nuvem elimina a necessidade de estrutura física local para armazenamento de dados, garantindo maior segurança, disponibilidade e escalabilidade, além de permitir atualizações automáticas e manutenção simplificada do sistema.

Dessa forma, a contratação de software com essas características mostra-se necessária e vantajosa para o Município de Brasil Novo, por promover eficiência administrativa, transparência na gestão pública e melhoria no atendimento aos usuários do sistema de saúde, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

3 Área Requisitante

Secretário Municipal de Saúde – Elysson Leonarde Kloss, conforme Documento de Formalização de Demanda.

4 Requisitos da Contratação

O requisito básico para Contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD, possua geração de relatórios de dados estatísticos e indicadores, é que a empresa seja qualificada, apresentando atestado de capacidade técnica, comprovando a sua competência na prestação dos serviços pretendidos por esta Unidade Requisitante.

Treinamento – Ofereça capacitação dos servidores quanto às funcionalidades e à operacionalização do sistema, por meio de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

apresentações presenciais, remotas e/ou materiais didáticos disponibilizados em portal web.

Suporte Técnico – Deverá ser disponibilizado atendimento web ou remoto, sem limite de chamados, destinado à verificação, atualização e à execução de manutenções preventivas e corretivas do sistema.

A contratada deverá disponibilizar profissional dedicado exclusivamente ao esclarecimento de dúvidas operacionais e à prestação de orientações sobre os procedimentos de utilização da aplicação.

Documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista;

Garantir o serviço de forma regular e eficaz do que pede o objeto da contratação, para que seja ofertado de acordo com a necessidade, permitindo uma base de dados, onde os sistemas permitem atendimentos e acompanhamentos integrados entre todos os níveis de atenção e saúde.

5 Levantamento de Mercado

Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve realizar levantamento de mercado na fase preparatória da contratação, com o objetivo de identificar possíveis fornecedores, tecnologias disponíveis, práticas de preços e condições de execução aplicáveis ao objeto pretendido.

O presente levantamento visa identificar soluções tecnológicas existentes no mercado voltadas à gestão informatizada do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e da regulação municipal e regional de saúde, permitindo ao gestor público avaliar as alternativas de contratação, os custos médios e a viabilidade técnica e econômica da implantação de um sistema em ambiente web (nuvem).

Para elaboração deste levantamento foram consideradas as seguintes fontes de informação:

- Pesquisa em portais de compras públicas (Compras.gov.br, TCEs, sites de prefeituras e câmaras municipais);
- Consultas em sites oficiais e catálogos de softwares de gestão em saúde pública;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

- Levantamento de processos licitatórios recentes com objetos semelhantes;
- Cotações obtidas junto a empresas do setor de tecnologia da informação especializadas em soluções de gestão da saúde pública.

A pesquisa de mercado demonstra que existem diversas soluções tecnológicas disponíveis para gestão informatizada do TFD e regulação de saúde em ambiente web, ofertadas por empresas nacionais especializadas.

Com base nas informações coletadas, constata-se que **há oferta suficiente no mercado de softwares voltados à gestão do TFD** e regulação de saúde municipal, o que garante **viabilidade técnica** e competitividade econômica para a contratação.

O levantamento, realizado em observância ao inciso V do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, comprova que o objeto pretendido é amplamente disponível no mercado se tornando uma solução adequada às necessidades da Administração Pública Municipal.

6 Descrição da Solução

A solução é ideal para as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), pois a plataforma oferece uma gestão eficaz dos processos de cadastro de pacientes, acompanhantes, pedidos de TFD, agendamentos, deslocamentos, alta financeira e outros aspectos cruciais para o programa. Além disso, o sistema facilita a geração de relatórios detalhados e indicadores que permitem o acompanhamento contínuo e a melhoria do desempenho do programa.

Proporcionar os serviços de inovações tecnológicas que facilitarão a organização dos serviços de saúde, as atividades de avaliação a partir das informações produzidas no cotidiano das equipes de saúde, com isso consolidar e reformular as práticas de saúde, na medida que permitem monitorar a situação de saúde da população. Tal solução é a que mais enquadra as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

7 Estimativa da quantidade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

As quantidades necessárias para a presente contratação são as constantes na planilha abaixo.

Item	Descrição	Quantidade	UND
1	Licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD,	12	Mês

8 Estimativa do valor

O custo estimado total da contratação é de R\$ 26.597,64 (Vinte e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme pesquisa de preço realizado no sistema banco de preços, anexo deste ETP, com preços decorrentes de outras contratações similares feitas pela administração pública conforme o Art. 23, caput, da Lei 14.133/2021.

9 Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é tecnicamente e economicamente viável, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021.

10 Contratações Correlatas

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11 Resultado Pretendido



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

O resultado pretendido nesta contratação é a implantação e uso de um sistema em nuvem voltada para o gerenciamento do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (PTFD) e da regulação local e regional do Município de Brasil Novo/PA.

O resultado esperado consiste em:

- Modernizar e informatizar os processos relacionados ao cadastramento de pacientes e acompanhantes, solicitações de TFD, agendamentos e acompanhamento de deslocamentos;
- Organizar a regulação de atendimentos e filas de espera, garantindo maior transparência e agilidade nas decisões administrativas e operacionais;
- Centralizar as informações em um banco de dados único e seguro, hospedado em servidor em nuvem, permitindo acesso remoto e simultâneo por diversos usuários;
- Aprimorar o controle financeiro e estatístico, com geração de relatórios, indicadores e dados consolidados para gestão pública da saúde;
- Capacitar os servidores municipais para a operação eficiente do sistema, por meio de treinamento presencial e/ou remoto;
- Garantir suporte técnico contínuo e ilimitado, com manutenção preventiva e corretiva, assegurando o pleno funcionamento do software e a rápida resolução de dúvidas operacionais.

Em síntese, o resultado pretendido é elevar a eficiência administrativa e a qualidade do atendimento aos cidadãos, por meio da digitalização, integração e automatização das rotinas do setor de TFD e regulação de saúde no município.

12 Providências a serem tomadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente do Fundo Municipal de Saúde, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico. A licitação estando homologada, poderá ser feita a contratação do serviço pretendido.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

13 Viabilidade

A viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição do serviço, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Responsáveis pela elaboração ETP.

Brasil Novo (PA), 03 de novembro 2025.

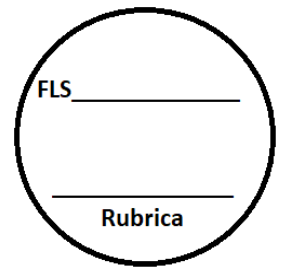
Alexsandro Santana Pereira
Chefe do Setor de Compras

Ingrid Carol Dos Santos
Coordenadora de Ações em Saúde

Valdirene Aparecida de Lima Kloss
Assessora



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/2025

Abertura:.../.../2025

Horário de Início:h min

Objeto:.....

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado) Telefone: _____

Email: _____ Conta Corrente nº _____ Agência nº _____ Banco: _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____

RG: _____

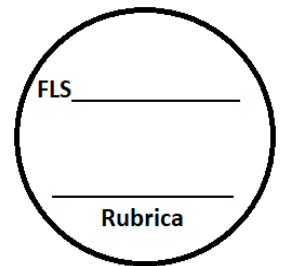
Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Contratação/CPC, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando a contratação de empresa especializada para Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	Marca	QTD	Valor Unit.	Valor Total
VALOR TOTAL						



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$(.....)**.

O prazo de implantação do software: O software deverá ser implantado no prazo de 3 (três) dias corridos, a contar da solicitação (ordem de compra, nota de empenho, autorização de fornecimento), no endereço informado e serão recebidos em caráter provisório para avaliação de conformidade dos produtos conforme este termo de referência.

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, fretes, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS

ANEXO III
(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil novo
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº /2025
Abertura:/.../2025
Horário de Início:h. min.

Objeto: Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARA, sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

DECLARA que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

DECLARA ainda que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21”.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS

ANEXO IV

**(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
 PEQUENO PORTE LC 123/06).**

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº /2025

Abertura:/...../2025

Horário de Início:h min.

Objeto Seleção e contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio- TFD.

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

(Local e data)

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS**ANEXO V DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº XXX/2025 FMS. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
BRASIL NOVO E A EMPRESA
....., CNPJ:
.....
.....

I. PARTES

CONTRATANTE

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO**, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ nº. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril nº 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Elysson Leonarde Kloss, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA

_____ (Nome da Empresa), _____ (Natureza Jurídica), com sede _____ (endereço), _____ (contato), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (Representante Legal), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado à _____.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 FMS**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

1.1. Contratação de licença de uso por tempo determinado de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implantação de Software, desenvolvido para plataforma Web, personalizado para os seguintes componentes do software: servidor em nuvem e monitoramento de Regulação de Consultas e Exames; e servidor e monitoramento de Regulação de Tratamento Fora de Domicílio-TFD.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid. E de medida	Quantidade	Marca	Valor unit.	Valor total
1	xxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

comprovação;

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13. Sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar deverá observar as condições estabelecidas no Termo de Referência e no futuro contrato, assegurando-se a adequada prestação,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública.

9.2. A contratada deverá garantir a plena execução dos serviços, observando as seguintes disposições:

i. Responsabilidade pela qualidade e desempenho:

A contratada responderá integralmente pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento das condições técnicas e operacionais previstas, devendo assegurar que as motocicletas, equipamentos de som e pessoal envolvido estejam em conformidade com as normas aplicáveis e as especificações contratuais.

ii. Correção de falhas e substituição de serviços defeituosos:

Caso sejam identificadas falhas, interrupções ou execução inadequada, a contratada deverá realizar, às suas expensas, a imediata correção ou repetição do serviço, conforme determinação do fiscal do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

iii. Fiscalização e acompanhamento:

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, registrando as ocorrências e atestando os serviços efetivamente realizados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

“A” 1. der causa à inexecução parcial do contrato;

“B” 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

“C” 3. der causa à inexecução total do contrato;

“D” 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

“E” 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

“F” 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

“G” 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

“H” 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, se cumpridas as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

ORGÃO: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



FLS _____

Rubrica

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

Trav. 28 de abril, nº 1175 – Centro – CEP: 68.148-000 – Email: licitacaofmsbn@gmail.com - Brasil Novo – Pará

PMBN



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

Secretário(a) Municipal de
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ:XXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: